

INCLUSÃO DE DISCENTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Josenilde Oliveira Pereira; Thelma Helena Costa Chahini

Mestranda em Educação; Pós-Doutora em Educação Especial

Universidade Federal do Maranhão, oliver_josy@yahoo.com.br, thelmachahini@hotmail.com

Resumo

Este estudo teve por objetivo geral investigar o processo de inclusão dos discentes com deficiência na Educação Superior, tomando como referência de análise as políticas institucionais de acessibilidade desenvolvidas pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA a partir do Núcleo de Acessibilidade. Desenvolveu-se uma pesquisa exploratória, descritiva. Os participantes foram 6 discentes atendidos sistematicamente pelo Núcleo, no qual se destacam os discentes com deficiência visual e os com deficiência auditiva e/ou com surdez, segmentos, esses, que mais demandam os serviços especializados do referido Núcleo. Os instrumentos de coleta de dados foram observação não participante e entrevistas semiestruturadas. Os resultados apontam que apesar da existência de barreiras que impedem a participação plena dos discentes com deficiência na universidade, o serviço de apoio disponibilizado pelo Núcleo constitui um recurso fundamental para assegurar aos referidos discentes, êxito durante suas permanências na Educação Superior.

Palavras-chave: Educação superior. Discentes com deficiência. Inclusão

Trabalho derivado de Pesquisa de Mestrado em Educação pela UFMA.

1 Introdução

Na perspectiva de assegurar uma política de acessibilidade no âmbito das Instituições Federais de Educação Superior – IFES, o governo federal, por meio do Programa Incluir, o qual é executado por parceria entre a Secretaria de Educação Superior – SESu e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, estabelece a criação e consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais.

Nesse sentido, o Programa Incluir, no período de 2005 a 2011 concretizou-se, conforme o seu Documento Orientador (BRASIL, 2013), através de chamadas públicas, nas quais as instituições federais de educação superior deveriam responder aos editais do MEC com projetos de criação e consolidação dos Núcleos de Acessibilidade, identificando, para tanto, barreiras físicas e arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais, bem como estabelecendo estratégias de enfrentamento.

A partir de 2012 o MEC, por meio da SECADI e SESu, apoia os projetos das Instituições Federais de Educação Superior com aporte financeiro, numa forma de institucionalizar ações de política de acessibilidade na Educação Superior, através dos Núcleos (BRASIL, 2013)

Conforme o Ministério da Educação (BRASIL, 2015), o Programa de Acessibilidade na Educação Superior – INCLUIR visa propor: ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (Ifes), tendo como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Ifes, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação.

Nesse contexto, questiona-se como o processo de inclusão dos discentes com deficiência na UFMA vem se desenvolvendo no contexto dos serviços de apoio do Núcleo de Acessibilidade?

Para dar conta de responder ao problema levantado, elencou-se como objetivo geral investigar o processo de inclusão dos discentes com deficiência na educação superior, tomando como referência de análise as políticas institucionais de acessibilidade desenvolvidas pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA a partir do Núcleo de Acessibilidade.

2 Método

Desenvolveu-se uma pesquisa exploratória, descritiva, com 06 discentes com deficiência, atendidos sistematicamente pelo Núcleo de Acessibilidade da UFMA. Dentre esses, 05 possuem baixa visão e 01 é surdo. Sendo 05 discentes do sexo masculino e 01 do sexo feminino, matriculados nos cursos de Serviço Social, História Licenciatura, Educação Física, Geografia Bacharelado, Engenharia Química e Farmácia, com faixa etária entre 24 a 38 anos.

A partir de uma análise crítico-reflexiva, busca-se compreender como o processo de inclusão de pessoas com deficiência tem se efetivado na UFMA, tendo em vista que desde 2007 a referida instituição, por meio de ações afirmativas, tem reservado uma vaga para pessoas com deficiência nos diversos cursos de graduação em seus processos seletivos, que ocorre, atualmente, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), após realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Para consecução deste estudo, utilizaram-se dados primários e secundários, dentre esses, documentos internos, leis e artigos científicos, os quais foram fundamentais para traçar um panorama geral da inclusão da pessoa com deficiência na UFMA desde 2007 até 2015, considerando o número de matrículas realizadas; os principais tipos de deficiências atendidas; as áreas que mais recebem alunos com necessidades educacionais específicas; as principais barreiras

enfrentadas tanto pelos alunos quanto pelo Núcleo de Acessibilidade, bem como os aspectos que facilitam e/ou dificultam o processo de inclusão de pessoas com deficiência na Educação Superior.

Os instrumentos de coleta de dados compreenderam observação não participante e entrevistas semiestruturadas, aplicadas por meio de um roteiro contendo 10 perguntas, mas para este estudo, elencaram-se apenas quatro questões relevantes.

3 Resultados e Discussão

Ao serem questionados se conheciam seus direitos enquanto discentes com deficiência e/ou com necessidades educacionais específicas, todos responderem que sim, porém, alguns (16%) foram imprecisos na definição de quais direitos a universidade deveria lhes assegurar.

Isso fez lembrar os estudos de Chahini (2006) ao constatar que o desconhecimento sobre seus direitos de discentes com deficiência e/ou com necessidades educacionais específicas, fizeram com que muitos discentes não lutassem pela validade deles.

Dentre os que conseguiram pontuar quais eram seus direitos, destacam-se o acesso a um ensino de boa qualidade; professores e técnicos qualificados em relação ao atendimento de pessoas com deficiência; acessibilidade; material pedagógico adaptado; eliminação de barreiras arquitetônicas e atitudinais.

Quando se questionou se o Núcleo de Acessibilidade da UFMA, dispunha de recursos materiais e humanos, suficientes, para atender as necessidades educacionais específicas dos discentes com deficiência, todos os participantes relataram que o núcleo vem atendendo suas necessidades educacionais apenas parcialmente, pois a demanda é maior que a oferta, isto é, o quantitativo de profissionais do Núcleo é pouco em relação à demanda de discentes com deficiência na Universidade.

Nesse contexto, se faz importante esclarecer que o Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal do Maranhão, vinculado a Pró-Reitoria de Ensino, foi instituído por meio da Resolução nº 121, de 17 de dezembro de 2009 e passou a funcionar efetivamente em 2010 com o objetivo de garantir o acesso e a permanência de pessoas com deficiência na universidade por meio de serviços técnicos e profissionais especializados (RESOLUÇÃO, nº 121 – CONSUN, 2009). Atualmente, é composto por uma coordenação, seis transcritores do sistema Braille, nove tradutores intérpretes de Libras, uma assistente social e um assistente administrativo.

No momento, existem 240 matrículas ativas pelo SISU – DEFICIENTE na universidade, dentre essas, 108 possuem deficiência física; 43 auditiva; 61 visual e 03 com deficiência intelectual, os demais estão distribuídas em outras categorias como: condutas típicas, múltipla ou outras

necessidades. Existe ainda o registro de 120 matrículas canceladas, 16 matrículas trancadas, 12 concluídos e 04 formandos.

Diante dos fatos, cita-se Pereira (2008) ao enfatizar o reflexo das Políticas Públicas Afirmativas em relação aos direitos das pessoas com deficiência à Educação Superior, que objetiva assegurar apoio e promoção aos grupos socialmente discriminados, minimizando, dessa forma, as intensas desigualdades sociais.

Convém destacar, que do universo de alunos que adentram na UFMA utilizando as vagas para discentes, público alvo da Educação Especial, nem todos demandam atendimento educacional especializado, o que traz implicações direta nos atendimentos realizados pelo Núcleo de Acessibilidade.

Esse fato relaciona-se diretamente com a diferenciação entre necessidades especiais e necessidades educacionais especiais (ou específicas) defendida por Ferreira (2007, p.44), a qual esclarece que caso as “necessidades especiais não possam ser atendidas pelos meios tradicionais de ensino, por demandarem uma série de recursos e estratégias de caráter mais especializado por parte da instituição, elas passam a denominar-se de necessidades educacionais especiais”.

Assim, Ferreira (2007) aponta que há necessidades especiais que não demandam atendimento educacional especializado, é o que ocorre com parte significativa dos alunos que ingressam na UFMA, porém todos os discentes que ingressam pelo sistema de cotas, atualmente, são acolhidos e informados acerca da existência do Núcleo no ato da matrícula, no qual se destacam as principais atribuições desse espaço, a equipe técnica, a localização, o público atendido, bem como a entrega de material informativo a cada discente.

Portanto, apesar de nem todos necessitarem de atendimento educacional especializado, todos recebem informações e fazem parte do cadastro deste espaço e podem recorrer ao Núcleo sempre que precisarem de algum auxílio ou apoio.

Em relação aos recursos materiais disponibilizados pelo Núcleo, apenas 16,7% dos discentes relataram que são atendidos completamente em suas necessidades educacionais. 83,3% ressaltaram que, apesar de terem acesso aos recursos de tecnologia assistiva disponibilizados pelo Núcleo, existe um equipamento que é de fundamental importância às suas permanências na Educação Superior, mas que o Núcleo ainda não possui, no caso específico, trata-se de uma lupa eletrônica com zoom para longe, que amplia em um monitor o que o professor escreve na lousa.

Nesse contexto, Santana *et al* (2012, p. 353) enfatizam que a utilização de tecnologia assistiva na educação “favorece as pessoas com deficiência, pois, facilita a obtenção de

informações, a autonomia e independência na execução de tarefas, além do resgate das suas potencialidades e motivações para aprender”.

Em face do exposto verificou-se que todos os discentes com necessidades educacionais especiais e/ou específicas recebem algum tipo de serviço por parte do Núcleo de Acessibilidade, os quais são fundamentais para que possam permanecer na universidade com condições de aprendizagem. Contudo, nem todos recebem, integralmente, todos os recursos de que necessitam e por isso estão sempre buscando desenvolver estratégias próprias a fim de superar as barreiras existentes no universo acadêmico.

4 Conclusão

Em relação à operacionalização de uma política institucional de acessibilidade na UFMA ficou evidente que essa existe, ainda que de maneira bastante fragilizada, mas que já produz impactos significativos na vida dos discentes com deficiência, visto que os participantes enfatizam que suas lutas e/ou expectativas visam o aperfeiçoamento dos serviços oferecidos pelo Núcleo de Acessibilidade, bem como uma maior divulgação deste, a fim de alcançar toda comunidade acadêmica.

Retornando ao objetivo central desse estudo que foi investigar o processo de inclusão dos discentes com deficiência na Educação Superior, tomando como referência de análise as políticas institucionais de acessibilidade desenvolvidas pela UFMA a partir do Núcleo de Acessibilidade. Pode-se constatar que apesar da existência de barreiras que impedem a participação plena dos discentes com deficiência na universidade, o serviço de apoio disponibilizado pelo Núcleo constitui um recurso fundamental para assegurar aos referidos discentes, permanência com êxito de aprendizagem, na Educação Superior.

Faz-se necessário pontuar que a inclusão de discentes com deficiência na Universidade não é encargo exclusivo do Núcleo de Acessibilidade, mas de todos que fazem parte da comunidade acadêmica.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Programa Incluir – Acessibilidade à Educação Superior**. SECADI/SESu – 2013. Orienta a institucionalização da Política de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior – IFES, a fim de assegurar o direito da pessoa com deficiência à educação superior. Disponível em: portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17433.... Acesso em: 19 de nov. 2015.

BRASIL. Estatuto da pessoa com deficiência. **Lei Brasileira de Inclusão**. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Brasília DF, 2015.

_____. **RESOLUÇÃO Nº 121 - CONSUN, de 17 de dezembro de 2009** - Aprova a criação do Núcleo Pró Acessibilidade e Permanência de Pessoas com Deficiência à Educação. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/boZYWHm4X6XtB9a.pdf>. Acesso em 10/10/2015.

CHAHINI, Thelma Helena Costa. **Os desafios do acesso e da permanência de pessoas com necessidades educacionais especiais nas Instituições de Ensino Superior de São Luís – MA**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.

PEREIRA, Marilú Mourão. **Ações afirmativas e a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior**. PONTO DE VISTA, Florianópolis, n. 10, p. 19-38, 2008

SANTANA, Crislayne Lima, et al. **O uso da tecnologia assistiva na educação regular**. In: VI Colóquio Internacional: Educação e Contemporaneidade. São Cristóvão – SE/Brasil, 20 a 22 de setembro de 2012. Disponível em: <http://educonse.com.br/2012/eixo_08/PDF/30.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016